

ENI P. ORLANDI (Org.)

# POLÍTICA LINGÜÍSTICA NO BRASIL



Pontes

2007

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Orlandi, Eni P.  
Política Linguística no Brasil, Eni P. Orlandi (org.) /  
Campinas, SP : Pontes Editores, 2007.

Bibliografia.  
ISBN 978- 85-7113-257-3

1. Linguística 2. Análise do discurso 3. Análise linguística  
I. Título II. Autora

CDD - 410

### Índices para catálogo sistemático:

1. Linguística 410
2. Análise do discurso : análise linguística 410

ORLANDI, Eni P. *Lingua e conhecimento linguístico. Para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. *Terra à vista!* São Paulo: Cortez, Campinas: Unicamp, 1990.

\_\_\_\_\_. *Interpretação – Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas: Pontes Editores, 2004.

PAYER, Maria Onice. *Memória da língua: imigração e nacionalidade*. São Paulo: Escuta, 2006.

TAVARES, Ana P. e SANTOS, Catarina M. *Africac monumenta: a apropriação da escrita pelos africanos*. V. I. Lisboa: Ministério da Ciência e do Ensino Superior, Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, Instituto de Investigação Tropical e Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 2002.

## PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO

### SUJEITO/LÍNGUA.

Ensino, Língua Nacional e Língua Materna

M. Onice Payer

Univas

Trago nesta reflexão alguns aspectos do que venho pesquisando sobre a constituição discursiva do sujeito brasileiro no que diz respeito à sua relação com as línguas presentes em sua história, analisando práticas de linguagem atuais de sujeitos provenientes da imigração (do início do período republicano).

Vou inicialmente situar o tema, pontuando alguns aspectos centrais das questões que se configuram nesse campo discursivo da memória da imigração, no que diz respeito à língua. Em seguida, vou apresentar algumas considerações teóricas sobre desdobramentos observados no funcionamento discursivo da língua, a partir da situação em análise, encaminhando-os para uma discussão relativa ao atual ensino de língua na escola. Notamos que se as questões de memória envolvendo as línguas de imigrantes estrangeiros no Brasil apresentam interesse para a cultura de um modo amplo – porque tangem os processos de subjetivação configurados a partir do Estado Moderno, as imigrações atuais, certas elaborações culturais relacionados à língua, e assim, a relação dos brasileiros com sua memória histórica –, por outro lado essas mesmas questões requerem atenção apropriada relativamente ao ensino. Procuramos, assim, pensar sobre possibilidades, na escola, de uma relação com a língua que seja sensível ao modo como a história predispõe a relação dos sujeitos com a(s) língua(s).

Estudando a relação entre a memória histórico-discursiva da imigração e a língua, no cruzamento das práticas de linguagem oral e escrita, como práticas sócio-historicamente configuradas, tanto a escrita como a oralidade, temos notado como esta relação atua de um modo próprio nos processos de constituição de sujeitos que se formam sob a égide do Estado Moderno, desencadeando certos modos específicos de identificação do sujeito para com a língua, isto é, para

com as línguas presentes em sua história. Estes processos, porque agem na subjetividade, apresentam-se como uma questão delicada na e para a Escola.

Reconhecendo a atenção que estes processos requerem quando se trata do ensino escolar, compreendemos certas dimensões inusitadas da língua, em seus muitos modos de funcionamento e em seus lugares diversos, tanto no sujeito quanto na sociedade.

Como referencial teórico, baseio-me no campo da análise de discurso, sobretudo, nas noções de memória discursiva (COURTINE, 1981; PÊCHEUX, 1988), de silenciamento, apagamento e forma material da língua (ORLANDI, 1992; 1996), dos planos da constituição e da formação do discurso (PÊCHEUX, 1990), de língua materna (REVUZ, C., 1988) como estruturante do sujeito desde a infância, bem como questões sobre língua e nacionalidade e sobre língua nacional, tal como elaboradas seja no campo de conhecimento da análise de discurso, seja no da história das idéias lingüísticas: em linhas gerais, nestes campos, compreende-se a língua nacional como a língua elevada a esta categoria pelo Estado Nacional, formadora dele, minuciosamente cultivada portanto, e a partir da qual ele regula a presença de outras línguas em seu território (GADET e PÊCHEUX, 1981); (ORLANDI, 2001; 2002); (GUMARÃES, 2002; 2005), entre outros.

Investigamos com detalhamento o modo como o Português, em seu papel de língua nacional, foi cuidadosamente difundido em campanhas oficiais do Estado brasileiro nas regiões de densa imigração, nos anos trinta, embora os cuidados oficiais com a “nacionalização dos estrangeiros” tivessem se iniciado já nas primeiras décadas do século XX. No processo de nacionalização, as línguas dos imigrantes, tendo sido interpretadas, no jogo político-ideológico, como línguas nacionais de outros países presentes no território brasileiro, foram juridicamente interditas no contexto das duas grandes guerras – muito embora estes acontecimentos tenham funcionado também, conforme a nossa leitura dos documentos, como um argumento pela nacionalização, que foi decisivo para o processo que já se encontrava instalado há mais tempo (Payer, 2006).

Conforme a teorização de Orlandi (1992), entendemos que houve neste momento específico dos anos 1930-40 a injunção a um *silêncio local* (censura) dos imigrantes em relação à língua e que, tendo-se dissimulado o contexto específico desse silêncio local, com o fim tanto da Segunda Guerra como do Estado Novo, continuou em vigor um outro processo de *silenciamento*, sob o modo do *silêncio constitutivo*, do *apagamento*, em relação às línguas estrangeiras, a favor do Português como língua nacional do Estado brasileiro.

Contudo, a despeito destes processos de silenciamento, sabe-se que de diferentes modos, as línguas dos imigrantes continuavam sendo praticadas atualmente em determinados contextos, sobretudo em pequenas comunidades e no espaço privado, paralelamente ao português. E além deste modo mais integral de permanência dessas línguas no Brasil, há um outro modo, mais difuso, de seu reaparecimento, através do que identificamos como *traços de memória da língua apagada* que se reapresentam na língua atual (o português). É este segundo modo de reaparecimento que temos configurado, mais propriamente, como objeto de pesquisa. Embora difuso, ele pode ser identificado em todos os aspectos lingüísticos: fonológico, morfológico, sintático, lexical e semântico.

Sem nos atermos aqui à descrição destes elementos, consideremos, a título de ilustração, alguns traços morfológicos, em que se observa atualmente a permanência de elementos da língua dos imigrantes: em *puerinho* (garotinho), tem-se o morfema de diminutivo do português, *inho*, junto ao radical *puer*, presente também em *puereto* – variante de *povere* (*pobre*); em um jogo lúdico entre as línguas, o termo *cinzento* substitui o nome da cor *cinza* ou *cinzento*, com uma “invenção” envolvendo humor: o elemento *oi*, acrescentado à palavra portuguesa *cinza*, deriva de outras palavras do italiano comuns entre os falantes da região estudada (ES): *esbrindolar*, *esbrogolar*, *brontolar*, *brustolar*. O acréscimo desse mesmo elemento (*oi*) é encontrado, também com sentido lúdico, em outros termos, como *esfregolar* (*esfregar*), *beirolinha* (*beirinha*), *negócio* (*negócio*). Como se pode notar, o acréscimo do elemento (*oi*) do dialeto a termos do português produz um efeito lúdico na significação, que podemos interpretar como ligado ao fato de desinstalar-se assim a morfologia própria do português, inserindo nesta língua, e na linguagem, algo “indevido”, proveniente de outra língua, que é a língua dos antigos, dos antepassados, que não se fala mais.

Através da análise discursiva de muitos fatos lingüísticos desta natureza, observa-se que há entre esses sujeitos brasileiros uma forte relação com as línguas estrangeiro-maternas que são por eles caracterizadas como língua “de antigamente”. Esta relação forte configura a presença de uma importante memória histórica da imigração que se materializa na forma de língua.

A memória que se materializa na língua é de uma natureza tal que ela joga tanto com a presença (permanência) de marcas lingüísticas quanto com a ausência (esquecimento) da língua. E se elementos como estes constituem um fato embaraçoso para a Lingüística (onde está o limite entre uma língua e outra? Quando uma língua deixa de ser falada?), eles constituem ainda assim um fato inelutável enquanto fato da ordem do discurso. Trata-se de um funcionamento remoto da língua que se dá, para

o sujeito, de modo sabido ou não, isto é, de modo representado — quando ele pode identificá-los como tais — ou de modo constitutivo — quando a língua dos antepassados fala nele a sua revelia, como evidências da própria “linguagem”.

Desse modo, podemos notar que a língua dos imigrantes, apagada discursivamente na história por sua tensão com a língua nacional, tem um funcionamento discursivo no presente, sobretudo no domínio discursivo do familiar, do grupal, do “cultural” (embora não somente), e guarda, portanto, um lugar significativo na constituição do sujeito de língua-gem, como língua “apagada” mesmo, e é a partir deste lugar que ela produz efeitos de sentido.

O jogo lúdico com elementos mínimos da língua, como exposto acima, é apenas um dos modos em que podemos flagrar, na materialidade do discurso, aquilo que consideramos como um processo de identificação do sujeito na relação com a língua. Este processo ocorre em múltiplas faces. Nesse caso, trata-se de uma identificação com a língua do grupo, com a memória dessa língua, portanto, com a memória desse grupo. Ou seja, nesse processo de identificação, é através da materialidade da língua (não do enunciado, ou do conteúdo do discurso) que se estabelece a identificação do sujeito com o outro, com aqueles que, por esta via, são considerados como parte do grupo social, identificado à memória histórica da imigração.

Tal processo de identificação, baseado na existência de traços de memória da língua “dos antepassados” que se reapresentam na materialidade da língua atual falada pelos sujeitos, fundamenta-se no fato de que, como sabemos, a língua não apenas é *falada* pelo sujeito; ela o constitui, intrinsecamente, como ser simbólico, e ela o “designa”, como diz Celada (2002). Assim, a língua do grupo originário, atuando na constituição do sujeito, guarda nele um lugar com um estatuto considerável, indelével mesmo, diríamos. Mesmo que deixe de ser praticada como língua empírica, inteira, tangível (o italiano, o dialeto); mesmo que deixe de ser representada como língua em que o sujeito, sendo brasileiro, possa (ou consiga) falar, seu valor persiste e sua corporeidade material não cede.

Nesse sentido, a língua materna desses sujeitos — para tomar uma denominação polissêmica — manifesta-se como *uma dimensão da linguagem que é da ordem da memória discursiva*, dimensão que tem importante valor e claro funcionamento no grupo, tanto empiricamente, como a língua que foi efetivamente falada pelos antepassados (italiano, seus dialetos) quanto como língua com que os sujeitos, atualmente, guardando dela uma memória, se (des)ligam em seus processos de identificação, que significam no discurso (Payer, 2006).

Em função de fatos lingüístico-discursivos desta natureza, que, como exposto, manifestam um modo de reaparecimento difuso das línguas silenciadas, e pelas questões que se configuraram nas investigações sobre memória e língua na situação de imigração, deparamo-nos com a necessidade de estabelecer um contraponto teórico entre a *noção de língua* nacional, entendida como a língua a partir da qual o Estado regula a presença das outras (Guimarães, 2002), e a *noção de língua materna*, entendida uma dimensão da linguagem que é da ordem da memória discursiva. Com este procedimento, acabamos por notar claramente que os lugares ou estatutos de língua materna e de língua nacional não coincidem, nem empírica e nem teoricamente.

E não só a língua materna e a língua nacional não coincidem, como também, como foi observado, elas se encontram em uma forte tensão entre si, tanto na história, como línguas distintas concorrentes, como também na atualidade, pelos efeitos de memória ligados a essa história, que afetam o sujeito em seus processos de identificação. Língua nacional e língua materna, no sentido exposto acima, funcionam em um batimento, de um modo tal que se torna impossível ao sujeito transitar do estatuto de sua língua materna (familiar) ao de sua língua nacional (da Escola) sem ter de mudar de materialidade lingüística.

E aqui se encontram elementos suficientes para afirmarmos que esses sujeitos de linguagem, em seus processos de identificação na relação com as línguas, têm que lidar *simultaneamente* com a língua nacional e com a língua materna — a língua de seu grupo que marca lugar na memória. É importante reconhecer, portanto, que se a língua materna dos imigrantes, como memória, constitui os sujeitos, a língua nacional também os constitui, com igual ou maior valor.

Dissemos em outro momento que o fato de que a língua nacional tenha funcionado *juridicamente* na história, como um elemento a *atestar a brasilidade* do sujeito migrante, não deixa de ter um significado nessa tensão. Contudo, a questão é mais fundamental: é em seu próprio *funcionamento como língua nacional* que esta se constitui, conforme Gadet e Pêcheux (1981), como um elemento central através do qual o Estado Nacional realiza seu ideal de unidade jurídica, propagando a unidade lingüística e realizando a homogeneização da língua e do sujeito, ao instalar a forma de convivência social da cidadania, que tem a propriedade de se apresentar nas formas da *universalidade* (igualdade). Para se tornar cidadão, afirmam estes autores, no Estado nacional, o sujeito precisa abrir mão dos seus particularismos, de seus costumes locais e *de suas línguas maternas*.

Consideramos esta tensão entre o nacional e o materno-familiar como uma questão teórica e prática bem delicada, que coloca a necessidade de,

a cada contexto, pensar sobre o estatuto e o funcionamento de cada uma das línguas, e em seus efeitos no sujeito e na sociedade. Em linhas gerais, participam desta tensão, do lado da nacionalidade, as imagens e valores ligados a lei jurídica, ao Estado, à escola e à norma. E, por outro lado, imagens e valores ligados ao familiar, à maternidade, ao comunitário, ao cultural e ao doméstico, no sentido de que a língua inicial é fundante de um sujeito, pela apresentação do mundo a esse sujeito através de uma língua. Enquanto linguagem, diz Rêvuz (1998), a "chamada língua materna" se encontra "nas bases mesmas da estruturação psíquica".

Para circunscrever melhor esta delicada questão, diremos que se pela Análise de Discurso compreendemos amplamente que a língua constitui o sujeito, é importante também nesse sentido considerar o que diz Rêvuz (idem): essa linguagem se encontra nas bases mesmas da estruturação do sujeito, ao mesmo tempo como instrumento e como matéria dessa estruturação. É importante que se ressalte, a partir desta formulação, um discernimento sutil, mas muito importante: o discernimento entre a função de estruturação, de que é capaz uma língua (toda língua), e a própria materialidade dessa língua.

Seria preciso esclarecer melhor: por "matéria" entendemos os conteúdos e formas da língua, próprios a cada língua (referimo-nos por exemplo ao fato da palavra "sol" ser masculino ou feminino em uma e em outra língua – português, inglês, francês etc<sup>1</sup>, e assim configurar certa relação do sujeito falante com os referentes), isto é, o fato de que a língua tem uma dimensão de matéria capaz de produzir sentidos. E por "instrumento" entendemos um dispositivo ("em abstrato", diríamos) que funciona em qualquer língua, na medida em que proporciona mecanismos de configuração simbólica, certos quadros de representações, que torna possível o fato mesmo de que sujeitos saibam algo através de uma língua.

Ainda nesta direção, considerando a mútua constituição entre sujeito e sentido (ORLANDI, idem), relativamente à linguagem de sujeitos brasileiros para quem a língua apagada na história permanece ou retorna, sob a forma de traços de memória, trazemos outras especificações feitas por C. Rêvuz (2002, p. 27):

"o bebê [...] se move incessantemente dentro de um universo de fala e, desde o primeiro momento, o psiquismo é trabalhado pela construção de traços mnésicos; pela elaboração e reelaboração destes, ao mesmo tempo em que esses traços são continuamente informados e remodelados pela superposição das mesmas palavras, das mesmas expressões. [...] a língua [...] não é e nunca

1. O exemplo vem de C. Rêvuz, idem.

será totalmente dissociável do modo singular pelo qual ela foi encontrada através das falas das pessoas a seu redor. [...] a língua é vivenciada, intimamente, como uma língua que diz o prazeroso ou o reprova, uma língua que desfere a verdade sobre o mundo e as pessoas ou que, pelo contrário, deixa um espaço para algo não-sabido, não-compreendido, espaço que a fala do sujeito poderá ocupar". (p. 26) [...] Um primeiro saber sobre a língua foi adquirido dentro da família [...]. Na escola, a criança encontra um outro saber sobre a língua, outras exigências".

A estas especificações sobre os diferentes modos como a língua funciona para a criança, na família e na escola, seria preciso acrescentar as implicações mencionadas antes, de que a língua materna (memória familiar) e a língua da escola (memória nacional) não coincidem sempre, pelo menos não coincidem nas situações de imigração.

Nesse ponto gostaria de fazer uma precisão de natureza mais teórica. O fato de se colocar em relação as noções de língua nacional e de língua materna, notando certos desdobramentos em seu funcionamento, e fazendo os deslocamentos necessários para trabalhá-las relativamente à noção de memória, acabou nos levando a compreender uma necessidade fundamental: a de se discernir entre estas dimensões da linguagem, quanto ao valor e ao papel de cada língua em seu funcionamento em um dado contexto. Ou seja, é necessário discernir as dimensões do nacional e do materno na linguagem conforme condições sócio-históricas particulares (pensamos nas dos imigrantes, mas seria interessante considerar nestes termos também as línguas indígenas, as africanas, assim como as diferenças internas ao português brasileiro).

É fundamental que se compreenda esta distinção duplamente, tanto de um modo empírico (analítico: quais são as línguas em questão, qual matéria?) quanto de um modo teórico (como elas funcionam em cada situação, como estruturam o sujeito, como o dispositivo dessa língua injeta nele o universo simbólico?). Se, por um lado, empiricamente a língua nacional e a língua materna não coincidem por se tratar de línguas materialmente diferentes (português e italiano, ou materialidades linguísticas diferentes no interior do português), por outro lado elas não coincidem também porque têm estatutos – lugares e funcionamentos – diferentes. Língua Nacional e Língua Materna não coincidem, portanto, não só porque se referem a materialidades linguísticas empiricamente distintas, mas também porque se constituem como dimensões distintas da linguagem na ordem da memória.

Estamos querendo com isso dizer por que e como, de um modo geral nas discussões sobre política linguística e ensino de língua, para além das

*materialidades distintas*, consideramos importante compreender estas dimensões do materno, do nacional (aqui pensamos também na dimensão de "estranheidade" de uma língua) não somente como línguas distintas, empiricamente, mas também — ou sobretudo — como *dimensões distintas da linguagem* que são da ordem da memória discursiva, e que apresentam distintos *funcionamentos*, tanto nas condições históricas de produção quanto na subjetividade, uma vez que essas dimensões se encontram todas em pleno vigor nos processos de identificação dos sujeitos.

Se não fosse assim, esses processos não se justificariam, nem teriam razão de ser. No entanto eles existem, produzindo efeitos nas práticas de linguagem. Pensemos em algumas especificações desses processos, tais como acontecem nessas práticas: há a *retração* da língua na prática de linguagem (isto é, não falar, parar de falar ou retrair-se na conversa com os sujeitos considerados "de fora" do grupo); há uma maior *opacidade* na relação entre a linguagem e o mundo (brasileiro atual) para os sujeitos em questão; há a relação delicada e tensa com interlocutores externos ao grupo local; há o *riso* que acompanha o aparecimento involuntário ou não de elementos mínimos ou de enunciados em dialetos; há intensa *ultra-correção* da língua; há a *denegação* da presença de traços de dialetos; há *auto-censura* de traços da língua dos imigrantes, e de outro modo, há o fato da *não-representação* de elementos linguísticos externos ao português — quando são tomados como evidências da própria linguagem.

Nesse ponto expusemos elementos suficientes para que possamos dizer algo sobre a questão importante, que do nosso ponto de vista não convém ser negligenciada se queremos pensar em possibilidades de uma relação com a língua, na escola, que seja sensível ao modo como a história predispõe a relação dos sujeitos com a(s) língua(s): como considerar elementos como os expostos acima no campo do ensino de língua? Conhecendo esses funcionamentos de linguagem, o que pode vir a constituir-se como língua, enquanto objeto de ensino na escola?

Nesse sentido há muito que se pensar ainda. Mas uma direção nos parece produtiva: formular e elaborar os sentidos que a língua (seus elementos, seus fragmentos) têm para os sujeitos, nas diferentes condições de produção.

De início, consideramos importante observar, no funcionamento da escola, o desdobramento que acabamos de expor entre as várias dimensões discursivas da língua, como língua nacional, língua materna (também a estrangeira), entre outras muitas categorias que se possam vir a identificar, sendo que este funcionamento supõe razões e motivações específicas para o sujeito, assim como para a sociedade circundante, a cada contexto (local, regional, nacional).

A incompreensão destas múltiplas dimensões do modo como a língua funciona discursivamente contribui para a impossibilidade ou dificuldade de trânsito entre as distintas materialidades linguísticas e seus efeitos de sentido. A possibilidade de um trânsito mais fluido entre esses lugares de língua no sujeito requer compreender que se tratam de materialidades discursivas distintas, as quais, na escola, é necessário especificar e enfrentar.

Importa também considerar como a dimensão de língua materna (cultural, familiar) e de língua nacional jogam ao mesmo tempo, e de modo tenso, cada uma a seu modo, na prática de linguagem. Pois, como dissemos, se é verdade que a dimensão materna da linguagem constitui o sujeito, não é menos verdade que a dimensão de língua nacional também o constitui. E é a partir dessa correlação e deste desdobramento que elas desafiam, nesse jogo, à questão do ensino da língua. Não se trata de um jogo a resolver, de uma tensão a banir, mas sim de um jogo a compreender e a trabalhar, considerando a dimensão da memória histórica e seu papel na constituição do sujeito.

Por outro lado, o fato de ter havido mais de uma língua, com seus funcionamentos e estatutos próprios, na história da constituição do sujeito de linguagem no Brasil, bem como o fato de ter havido um silenciamento das diversas línguas e de sua existência importam significativamente, pois muitas vezes a presença dessas línguas atua de modo *não representado*, no jeito de o sujeito identificar-se e inscrever-se, constitutivamente, nas práticas de linguagem.

Lidar com os vestígios das línguas silenciadas, ao invés de ignorá-las prolongando o silenciamento, pode levar a um modo mais apropriado de se considerar não só a especificidade da linguagem que aí se manifesta, mas também o que é mais próprio do sujeito histórico dessa configuração social. Refletir sobre a língua em sua dimensão de memória histórica nos leva a compreender que é improdutivo pretender fazer com que as várias dimensões e materialidades linguísticas ocupem o mesmo lugar, para o sujeito e para as instâncias sociais e institucionais.

Como professores de língua sabemos bem que aquilo de que se abre mão, na escola, para escrever nas formas mais próprias da língua nacional, faz falta na escrita, na medida em que faz falta no sujeito. Falamos de uma falta simbólica, que é da ordem do discurso, e que não há como suturar na escrita se ela não é suturada no sujeito. Vemos aqui uma razão fundamental do embotamento e das mazelas de muitos sujeitos brasileiros com a escrita.

Deste ponto de vista, não cabe aos professores, como não cabe para as políticas linguísticas no campo educacional, optar pelas formas da língua nacional ou por aquelas da língua materna, em face desse jogo discursivo em que as várias dimensões da linguagem se apresentam num

mesmo funcionamento intrincado. Isto significaria (re)produzir ou permanecer no interior de uma falha que é estrutural.

Ao invés de reproduzir o silêncio, é mais produtivo para os professores, de nosso ponto de vista, *trabalhar* efetivamente essa memória, levando o aluno a *formular*, a elaborar os efeitos de sentido ligados às formas linguísticas, a dizer não só a língua mas também *sobre* a língua que lhe é subterrânea. E arcar com as consequências do que daí possa advir. Enfim, trata-se de lidar de modo efetivo com o *real da língua* e o *real da história* (GADET e PÊCHEUX, 1981). Isso significa uma postura diferente de “respeitar” silenciosamente toda e qualquer forma linguística e de ensinar o sujeito-aluno a “adequar-se” linguisticamente às diferentes situações sociais. Como a língua constitui intrinsecamente o sujeito, é ilusório pensar que ele possa trocar a materialidade da língua, como ele pode trocar a roupa em função das diferentes situações sociais.

### Concluindo

Trabalhando com o modo como a memória histórica envolvendo a língua atinge o processo de constituição da relação sujeito/língua, queremos ressaltar que esta relação é tensa e delicada, de aparência subjetiva (familiar, íntima), mas que se produz no real sócio-histórico, que pode (e deve) ser considerada com acuidade maior do que temos testemunhado em nossa história, assim como em nosso saber metalingüístico, que informa o ensino de língua.

Reconhecer um estatuto de *memória histórica* para os traços linguísticos que em nossa sociedade se diferenciam das formas mais próprias cultivadas como língua nacional pode contribuir, na relação de ensino, para suturar certos territórios simbólicos cindidos, mal costurados na subjetividade de sujeitos brasileiros, pela relação com a língua e com a escrita, lá onde as interdições da história funcionam produzindo o efeito do que seria o mais íntimo, o mais subterrâneo, agindo como elementos constrangedores a uma prática mais plena de linguagem.

### Bibliografia

- CELADA, M.T. *O espanhol para o brasileiro: uma língua singularmente estrangeira*. Campinas: Tese de doutorado, IEL/Unicamp, 2002.
- COURTINE, J.-J. (1981) “O Chapéu de Clématis”. Trad. Bras. In: *Os múltiplos territórios da Análise de Discurso*. INDIRSKY, F. e FERREIRA, M. C. L. (orgs.). Porto Alegre: Sagra Luzzatto.
- “Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en Analyse du Discours, à propos du discours communiste adressé aux chrétiens”. In: *Langages*, 62. Paris: Larousse, 1981.

- GADET, F. e PÊCHEUX, M. (1981). *A Língua inatingível. O Discurso na história da Linguística*. Trad. bras.: MARIANI, B. e DE MELLO, M. E. Chaves. Campinas: Pontes Editores, 2004.
- GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes Editores, 2002.

“Brasil, país multilíngüe”. In: *Ciência e Cultura: Línguas do Brasil*. Ano 57, nº 2, 2005.

ORLANDI, Eni P. *As formas do silêncio. No movimento dos sentidos*. Campinas: Unicamp, 1992.

(org.) *História das ideias linguísticas*. Campinas: Pontes Editores, Cáceres: Unemat, 2001.

*Interpretação. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas: Pontes Editores, 2004.

*Língua e conhecimento linguístico*. São Paulo: Cortez, 2001.

PAYER, M. O. *Memória da língua. Imigração e nacionalidade*. São Paulo: Escuta, 2006.

“Entre a língua nacional e a língua materna”. In: *Anais do II SEAD*. Porto Alegre, nov. 2005.

“Memória da língua e ensino. Modos de aparecimento de uma língua apagada no trabalho do esquecimento”. In: *Revista Organon*, nº 35, Instituto de Letras UFRGS, 2003.

PÊCHEUX, M. (1984). “Papel da Memória”. In: *O Papel da memória*. ACHARD, P. et al. Campinas: Pontes Editores, 1999.

*Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Unicamp, 1988.

“A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas”. In: GADET, F. e HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pécheux*. Trad. Bethania S. Mariani et al. Campinas: Unicamp, 1990.

RÊVUZ, C. “A Língua Estrangeira, entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio”. In: *Linguagem e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. SIGNORINI, I. et al. Campinas: Mercado de Letras, São Paulo: Fapesp, 1988.